



SOLIDARIEDADE OU TOLERÂNCIA? A RECEPÇÃO DE FUTUROS/AS PROFESSORES/AS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES NÃO HETERONORMATIVAS NAS MÍDIAS DE ENTRETENIMENTO

SOLIDARITY OR TOLERANCE? THE RECEPTION OF FUTURE TEACHERS ON NON-HETERONORMATIVE REPRESENTATIONS IN ENTERTAINMENT MEDIA

¿SOLIDARIDAD O TOLERANCIA? LA RECEPCIÓN DE PROFESORES FUTUROS EN REPRESENTACIONES NO HETERONORMATIVAS EN MEDIOS DE ENTRETENIMIENTO

Márcio José Testolin¹
Gustavo Roes Sanfelice²
André Luiz dos Santos Silva³

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar e discutir, com base nas noções de tolerância e solidariedade, os posicionamentos de futuros/as professores/as do Vale do Sinos/RS sobre as representações das diversidades de gênero e de sexualidade nas mídias de entretenimento. Os dados foram coletados em uma sessão de grupo focal e seis entrevistas individuais semiestruturadas. Realizamos a análise dos mesmos através da metodologia de análise de conteúdo. Identificamos que a maioria dos/as participantes se autodeclararam favoráveis às representações de diversidade de gênero e de sexualidade nas mídias de entretenimento. Contudo, algumas pessoas ressaltaram a necessidade de existirem limitações de circulação destas representações, como horários, evitar a veiculação em televisão aberta, entre outras. Isto nos leva a crer que seus posicionamentos se baseiam na tolerância e no discurso politicamente correto, o que pode estar mascarando uma convicção de superioridade e a tentativa de impor censuras de espaço, circulação e expressão às pessoas não heteronormativas.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Heteronormatividade. Mídia. Universitários.

Abstract: This paper is intended to analyze and discuss, based on the concept of tolerance and solidarity, the behavior of future teachers in Vale dos Sinos/RS when it comes to representing gender and sexual diversity in entertainment media. The data was collected in a focal group session and six individual semi-structured interviews. We have analyzed them using the content analysis methodology. We saw that most participants said to be in favor of gender and sexual diversity

¹ Universidade Feevale, Novo Hamburgo. Rio Grande do Sul, Brasil.

² Universidade Feevale, Novo Hamburgo. Rio Grande do Sul, Brasil.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

representations in entertainment media. However, some people highlighted the need of limiting those representations such as to specific times, avoiding them in open television channels, among others. This makes us believe that their opinions are based on tolerance and a politically correct speech, which may be concealing a belief of superiority and the attempt to impose censorings of space, circulation and expression on non-heteronormative people.

Keywords: Gender. Sexuality. Heteronormativity. Media. Undergraduates.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar y discutir, basado en las nociones de tolerancia y solidaridad, los posicionamientos de futuros/as profesores/as del Vale do Sinos/RS sobre las representaciones de las diversidades de género y de sexualidad en los medios de entretenimiento. Los datos fueron recolectados en una sesión de grupo focal y seis entrevistas individuales semiestructuradas. Realizamos el análisis de los datos a través de la metodología de análisis de contenido. Identificamos que la mayoría de los/las participantes se autodeclaran favorables a las representaciones de diversidad de género y de sexualidad en los medios de entretenimiento. Sin embargo, algunas personas destacaron la necesidad de existir limitaciones de circulación de esas representaciones, como horarios, evitar la vehiculación en televisión abierta, entre otras. Ello nos lleva a creer que sus posicionamientos se basan en la tolerancia y en el discurso políticamente correcto, lo que puede estar enmascarando una convicción de superioridad y el intento de imponer censuras de espacio, circulación y expresión a las personas no heteronormativas.

Palabras clave: Género. Sexualidad. Heteronormatividad. Medios de Comunicación. Universitarios.

1 INTRODUÇÃO

O A contemporaneidade exige que tenhamos um olhar sutil para o embate cultural (discursos, representações, normas e práticas habituais de instituições, etc.) que envolve a construção e reconstrução das identidades e de suas posições de normalidade e de diferença. É preciso que se tente esclarecer quais discursos estabelecem determinados grupos identitários como legítimos e normais, conseqüentemente deslocando outros sujeitos para uma posição de diferença e, por vezes, anormalidade (LOURO, 2008).

A compreensão e discussão de diversidade e diferença passa pelas questões de identidades, as quais vêm sendo extensamente discutidas nas teorias sociais (HALL, 2011). Trata-se de uma discussão que tem como centro as tensões entre as concepções essencialistas e as não essencialistas. O essencialismo pode assumir diferentes formas e, em geral, fundamenta-se em uma história comum e/ou em raízes biológicas que devem ser consideradas como “verdades” fixas e imutáveis, as quais criam referências (que podem ser genéticas, patrióticas, entre outras) capazes de explicar quem são os sujeitos em questão. Por outro lado, o não essencialismo questiona esta



fixação e concebe as identidades como mutáveis, cambiantes e fluídas, possíveis de serem produzidas, reguladas, tensionadas e transformadas social e culturalmente (WOODWARD, 2013).

Desta forma, cabe refutar a suposição de que nos instituímos como sujeitos através de uma determinação, de algo que é próprio de cada indivíduo, como uma essência humana ou como aquilo que é normal, pois esta forma de pensamento nos leva à exclusão de outras diversas possibilidades e modos de existência, inclusive daqueles já exercidos por muitos sujeitos cujas identidades não se encaixam em padrões hegemônicos. A questão das identidades, seja no sentido amplo ou mesmo relacionadas às categorias específicas, como de gênero, sexualidade, etnia, classe, etc., se pensadas e interpretadas de uma forma essencialista, nos revelam como problema a necessidade de os sujeitos se limitarem apenas a determinadas formas de ser mulher, homem, hétero, gay, trans, branco, índio, negro, mestiço, pobre, entre tantos outros marcadores identitários a serem assumidos e incorporados de formas predeterminadas. Enquanto na concepção não essencialista, a qual assumimos aqui, estas identidades ou identificações devem ser consideradas como construções sociais, históricas e culturais, cujos distintos modos de ser e estar no mundo, ainda que passíveis de regulações, condenações ou negações, mediante processos contínuos de tensões e conflitos culturais e sociais, permitem a hibridização através das diversas alternativas de entrecruzamentos e articulações não permanentes de identificações com grupos sociais, etnias, gêneros, sexualidades e tantas outras categorias possíveis (GUERRA, 2018).

Tendo em vista a concepção de identidade por nós adotada, devemos considerar então que as relações e identidades de gênero e de sexualidade não devem ser pressupostas como “algo natural”, e sim como constructos sociais. Sendo assim, cientes do alcance das mídias e do quanto as mesmas possuem a capacidade de promover determinados estilos de identidades como mais desejados e/ou dignos que outros, podemos inferir que as mídias aproximam-se de elementos culturais e contribuem com construções simbólicas que podem tanto constituir e/ou sustentar representações heteronormativas de gênero e de sexualidade, quanto desestabilizá-las (DHEIN; MARQUES; ROSA, 2017).

Atualmente, segundo Mello, Brito e Maroja, (2012) vivemos um paradoxo em relação aos direitos de pessoas que vivem o gênero e/ou a sexualidade de uma forma não hegemônica, porque nunca se teve tanto, ao mesmo tempo em que quase nada se tem de efetivo. De acordo com os autores, por um lado podemos pensar que nos últimos anos foram conquistados direitos jurídicos e sociais, como a união homoafetiva, adoção de filhos/as por casais homossexuais, criminalização da



homofobia por parte do Supremo Tribunal Federal, assim como houve uma promoção dos conteúdos de gênero e sexualidade na educação básica e superior, maior quantidade e qualidade das representações políticas e midiáticas, o crescimento do alcance de grupos organizados e movimentos sociais que buscam mostrar à sociedade quem são e como querem ser tratados/as e respeitados/as. Entretanto, ainda que nas duas últimas décadas tenham ocorrido avanços como estes e outros, são muitas as resistências (principalmente de base religiosa que também se colocam no âmbito político) que impedem a implementação e/ou a consolidação de medidas que visem à promoção do respeito às diversidades de gênero e de sexualidade. O resultado é que, de modo prático, a promoção do respeito às diversidades encontra-se abalada na educação, assim como os direitos cívicos e os movimentos sociais são alvos de fortes críticas por parte de grupos organizados que, inclusive, ganham força no cenário político atual e conquistam o apoio de grande parte da sociedade. Isto é, não temos nada de efetivo que se mantenha, que se incorpore à cultura de brasileiros e brasileiras ou às políticas públicas de nosso país.

Portanto, vivemos em um contexto em que as diversidades de gênero e de sexualidade ainda não são tratadas com a devida dignidade, que deve ser um direito básico de todo ser humano (TESTOLIN; NUNES; SANFELICE, 2019). Ao contrário disto, o momento é de embate social e político, onde grupos militantes e seus aliados buscam tematizar suas pautas na educação e conquistar espaço e voz nas mídias, enquanto grupos conservadores se empenham em evitar tais avanços, na tentativa de censurar e dar fim ao que já existe.

A eleição do atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro é uma clara demonstração deste embate, uma vez que sua campanha teve como um dos principais pontos suas críticas e seu compromisso em lutar contra a crescente representação de pessoas não heteronormativas nas mídias de entretenimento, assim como a presença dos conteúdos de diversidade de gênero e de sexualidade na educação. Na sequência, seu governo realizou diversas tentativas de censurar exposições e produções artísticas que possuísem qualquer conteúdo transgressor à heteronormatividade, sempre encontrando resistências, é claro.

Tudo isso nos provoca a pensar como a sociedade (em seus diferentes grupos) percebe, sente e se posiciona em relação a estas conquistas e avanços legais e sociais sobre as diversidades de gênero e de sexualidade? Nesta pesquisa, escolhemos nos restringir às representações dos gêneros e das sexualidades não heteronormativas veiculadas nas mídias de entretenimento, e o grupo entrevistado foi composto por alunos e alunas de cursos de licenciaturas, futuros/as



professores/as. Tendo em vista que boa parte dos posicionamentos dos/as participantes foram autodeclarados como favoráveis a tais mudanças, nos questionamos, sobretudo em um momento como o atual, onde um forte embate de cunho moral parece ocorrer por toda parte, se tais posicionamentos estariam baseados na solidariedade ou na tolerância?

Portanto, temos como objetivo analisar e discutir, com base nas noções de tolerância e solidariedade, os posicionamentos de futuros/as professores/as do Vale do Sinos/RS sobre as representações das diversidades de gênero e de sexualidade nas mídias de entretenimento.

Destacamos a importância de analisar e discutir se tais discursos possuem suas bases na tolerância ou na solidariedade, porque concordamos com Schmidt e Stoccker (2009) que, baseados em Zygmunt Bauman (1999), consideram que a noção de tolerância é ambivalente, sendo possível tanto dar lugar à alegria quanto ao desespero. Portanto, ainda que tolerar possa ser considerado, por vezes, algo positivo que permita a coexistência de pessoas diferentes e com opiniões opostas, pode ser também um ato de arrogância realizado por um sujeito que tem a convicção de sua superioridade em relação ao tolerado (SCHMIDT; STOCCKER, 2009).

2 METODOLOGIA

Os dados aqui discutidos são frutos de uma pesquisa realizada com 21 mulheres e 17 homens, todos/as estudantes dos cursos de licenciatura de uma Universidade do Vale do Sinos/RS no período de 23 de abril a 24 de maio de 2019. Utilizamos as técnicas de grupo focal e entrevistas individuais semiestruturadas para a coleta de dados, assim como a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) para a análise dos mesmos. A seguir, descrevemos detalhadamente os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale, sob o CAAE número: 04307618.2.0000.5348.

Inicialmente, identificamos as disciplinas da universidade em questão que contassem com alunos/as de todos os cursos matriculados/as e elegemos aquela com maior diversidade de estudantes de cada curso de licenciatura. Agendamos uma data para a realização de um grupo focal com aqueles/as que aceitassem voluntariamente participar da pesquisa. O grupo focal foi realizado no dia 23 de abril de 2019, na sala de aula da turma em questão e contou com 38 participantes voluntários/as. O grupo focal teve como base um breve roteiro de entrevista que indagava os/as



participantes sobre quais mídias consumiam, quais seus entendimentos sobre diversidade de gênero e de sexualidade e, de modo geral, sobre a recepção e suas opiniões sobre os conteúdos midiáticos que contém representações não heteronormativas. Contudo, o mesmo foi conduzido de forma a estimular a total liberdade dos participantes para sugerirem questões ou assuntos a serem discutidos. Durante o grupo focal, foram reproduzidas cenas de séries e novelas de grande visibilidade nas mídias de entretenimento⁴, sendo elas “Elite”, “Malhação” e “A Força do querer”, assim como clipes musicais⁵ dos/as artistas Pabllo Vittar e Glória Groove. Todo o grupo focal foi gravado em arquivo de vídeo e áudio e, posteriormente, transcrito para análise. Também utilizamos o diário de campo como ferramenta para coleta de dados. Para isso, utilizamos não apenas os relatos das percepções do pesquisador, como também os arquivos das gravações de vídeo.

Realizamos também seis entrevistas individuais (presencialmente) semiestruturadas, as quais ocorreram entre os dias 2 e 24 de maio de 2019, assim como um grupo focal on-line através do aplicativo WhatsApp, o qual foi criado no dia 24 de abril e encerrado no dia 2 de maio de 2019. No grupo focal on-line, deixamos em aberto também o convite para que aquelas pessoas que não se sentissem à vontade para compartilhar suas opiniões no grupo chamassem no chat privado. De modo geral, não obtivemos sucesso com o grupo focal on-line, uma vez que houveram poucas mensagens dos/as participantes. Em relação à conversa no chat privado, uma aluna e um aluno enviaram mensagens para manifestar suas opiniões. Também através do aplicativo, todos/as os participantes foram convidados para uma entrevista individual presencial, mas somente sete pessoas aceitaram e apenas seis compareceram à entrevista conforme combinado. Um aluno não compareceu nem respondeu às tentativas de contato (via WhatsApp e ligação telefônica). As entrevistas individuais também foram gravadas (em formato de áudio) e transcritas.

Para analisarmos os dados utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), a qual nos possibilitou elegermos as categorias solidariedade e tolerância, a seguir discutidas, tendo como principal referência Bauman (1999).

⁴ Elite, Ander e Omar: <https://www.youtube.com/watch?v=wbxCw3HRMNs>

Malhação, Santiago e Michael se beijam: <https://globoplay.globo.com/v/7062585/>

A força do querer, Ivan fica com Cláudio: <https://globoplay.globo.com/v/6233438/>

⁵ Pabllo Vittar, K.O.: <https://www.youtube.com/watch?v=3L5D8by1AtI>

Glória Groove, Bumbum de ouro: <https://www.youtube.com/watch?v=LWaOGMntBIY>



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Basicamente, identificamos e pretendemos discutir dois tipos distintos de posicionamentos autodeclarados favoráveis às representações midiáticas das diversidades de gênero e de sexualidade. Um deles, aparentemente, baseia-se na noção de tolerância e outro na de solidariedade. Estamos cientes de que podem existir uma série de outras possibilidades nos entremeios destas categorias, mas optamos por analisar com base nestes conceitos de Bauman porque entendemos que eles nos possibilitam uma discussão produtiva para questionarmos e refletirmos até que ponto a tolerância pode contribuir para uma sociedade equável, se é que pode contribuir.

Num primeiro momento, sem uma reflexão profunda a respeito, os resultados desta pesquisa podem, aparentemente, indicar uma realidade harmônica, onde pessoas convivem com respeito às suas diferenças. Entretanto, um olhar mais atento nos permite perceber algumas expressões-chaves, silêncios e entrelinhas que nos levam a questionar a existência desta realidade e a percebermos outra diferente, sendo ela baseada na hierarquização de identidades e atribuições de privilégios. Nossa proposta é discutir as opiniões baseadas na tolerância juntamente com aquelas de solidariedade e respeito em relação às diversidades de gênero e de sexualidade, a fim de demonstrarmos os contrastes entre ambas.

A partir dos dados coletados (entrevista, grupo focal e diário de campo), estabelecemos um processo analítico elucidado na figura abaixo, para evidenciar as categorias analíticas do presente texto:



Figura 1. Análise dos resultados.



As discussões das categorias analíticas descritas acima não serão feitas de forma estanque/separadas, pois entendemos que há uma inter-relação das mesmas a partir da fala dos/as entrevistados/as.

Conforme indica a pesquisa de Medeiros e Oliveira Cruz (2013), os jovens já têm uma concepção mais aberta de família, não considerando como legítima somente a família nuclear tradicional e expressando inclusive certa concordância com a possibilidade de casais homoafetivos adotarem filhos/as e criá-los/as sem nenhum tipo de problema de ordem social ou de saúde. Entretanto, a mesma pesquisa ressalta também o quanto essa abertura aparenta ser superficial e meramente reflexo de um pensamento politicamente correto, uma vez que alguns dados da pesquisa indicam como as relações homoafetivas e suas conseqüentes formações familiares parecem estar no início de um processo de aproximação para reduzir o estranhamento e dar espaço à tolerância, ainda um tanto distante do respeito e da dignidade historicamente atribuídas à família tradicional.

Antes de adentrarmos na discussão, esclarecemos que serão utilizadas as noções de tolerância e solidariedade com base em Bauman (1999). O autor define a tolerância como uma versão mais fraca da solidariedade, haja visto que a segunda se diferencia da primeira por seu envolvimento em lutar a favor da diferença dos Outros. Nesse sentido, enquanto a tolerância se



caracteriza por ser egocêntrica e contemplativa, a solidariedade pode ser considerada socialmente orientada e militante (BAUMAN, 1999). Em entrevista individual, uma das mulheres participantes do grupo focal disse que sentiu muitos/as colegas incomodados com a questão abordada no grupo focal, mas que preferiu ficar em silêncio para evitar polêmica: “Algumas, como eu, ficaram quietas para não bater de frente”. Contudo, ao contrário dela, outras pessoas questionaram certos posicionamentos que sugeriam restrições às representações de pessoas não heterossexuais, deixando nítida a diferença prática entre um posicionamento de tolerância e outro de solidariedade, conforme abordaremos ao longo desta discussão.

“Acho até que tem que ter. Mesmo não concordando, eu acho que tem que ter.” (ENTREVISTADO 6, GRUPO FOCAL). Esta expressão é parte da fala de um dos entrevistados do grupo focal e, a nosso ver, esclarece o quanto é importante questionarmos as bases argumentativas dos discursos de concordância com as representações das diversidades de gênero e de sexualidade nas mídias. O grupo focal teve duração aproximada de uma hora e vinte minutos, e as entrevistas individuais, se somadas, chegaram a aproximadamente 4 horas. A pesquisa contou com raros momentos em que algum participante discordou e/ou se posicionou contrário a tais representações. Contudo, houveram diversas falas semelhantes a esta que citamos no início deste parágrafo que, mesmo se autodeclarando como favoráveis às representações de gêneros e sexualidades não hegemônicas nas mídias, sugeriam certas restrições específicas para elas, o que nos provoca a questionar as motivações destas declarações. Além do entrevistado 6 do grupo focal, teremos outras falas que serão expostas ao longo da discussão, mas podemos acrescentar como mais um exemplo desta constatação o que diz uma participante na entrevista individual, onde, aparentemente, as pessoas se sentiram mais à vontade para manifestarem suas opiniões: “Da série, eu nem comento porque é uma série, ela tá lá e tu faz o que quer. Mas em uma novela [...] Eu acho que não. É uma cena que é um pouquinho mais pesada.” (ENTREVISTA INDIVIDUAL 2). Em outros momentos, ocorreram silêncios, risadas e até mesmo aparentes deboches. De modo geral, ainda que a imensa maioria das pessoas tenha se autodeclarado favoráveis às representações não hegemônicas nas mídias, isso não significa necessariamente que haja, por parte deste grupo, um consenso de respeito, igualdade e solidariedade para com essas diversidades.

Sabemos que as diversidades de gênero e de sexualidade ganharam cada vez mais espaço nas diversas plataformas de mídia do Brasil nos últimos tempos⁶. Entre outras coisas, podemos

⁶ Podemos citar como exemplos na televisão aberta a emissora Rede Globo e entre as plataformas de *streaming* a Netflix.



observar o aumento da representatividade de formas não hegemônicas de se viver o gênero e a sexualidade em telenovelas, filmes e séries. Coincidem com isso os debates de ordem política e jurídica que também foram objetos de transformações significativas recentemente⁷. Entretanto, nada disso é capaz de garantir uma condição de dignidade para as pessoas de gênero e/ou sexualidade não hegemônicas, o que nos estimula a refletir se esta maior visibilidade (que amplia os debates na sociedade em geral) contribuirá efetivamente para a construção de uma realidade com mais respeito para as diversidades ou será alvo de tentativas de heteronormatização destes grupos? (OLIVEIRA, 2015).

Na própria fala de uma das entrevistadas no grupo focal podemos perceber que ela reconhece o aumento destas representações, ao mesmo tempo que as atribui como causa do aumento de pessoas trans e homossexuais na sociedade:

Antes gênero era só masculino e feminino, mas agora vem se tornando mais, por causa das mídias também, tem mais transgênero, o pessoal ali de como tu se porta, tipo sou menina, mas não vejo assim ou mais ou menos por aí. Agora com a mídia, essa questão gay, assim, de sexualidade e tal, das pessoas começarem a, ah, não me sinto feliz assim. Ah, eu acho que sou menina, eu vejo que cresceu bastante isso (ENTREVISTADA 4, GRUPO FOCAL).

Após a fala da entrevistada em questão, os/as participantes preferiram não discutir se as mídias motivam ou não o aumento de pessoas trans e/ou bi ou homossexuais, mas discutiram suas opiniões sobre os supostos fatores que determinam ou contribuem para a formação do gênero e da sexualidade. Contudo, em outro momento, quando a discussão voltou à pauta, houve mais participantes que demonstram concordância com este pensamento de que as mídias podem contribuir para o aumento dos gêneros e das sexualidades não hegemônicas. Parte das pessoas se manifestaram com expressões que pareciam considerar isto um problema, enquanto outras consideraram como algo positivo por encorajar os sujeitos não heterossexuais a “saírem do armário”, como disse um entrevistado.

Mesmo considerando tais avanços, podemos dizer que, ainda hoje, os discursos e muitos dos silêncios e das ausências que ainda existem (inclusive nas mídias de entretenimento) estabelecem como hegemônica e legítima apenas a heterossexualidade, tornando todas as outras o seu oposto, as desviantes da norma e, portanto, inaceitáveis e invisíveis socialmente, logo, “indiscutíveis” (FURLANI, 2007). Esta invisibilidade não é no sentido de não existir ou de não se mostrar, mas sim de que a sociedade não deseja notá-las, não lhes permite que sejam espontâneas, livres. Isto é,

⁷ Citamos, como exemplo, o reconhecimento da legitimidade da união estável homoafetiva por parte do Supremo Tribunal Federal em 2011, assim como a criminalização da homofobia pelo mesmo tribunal em 2019.



preserva-se ao máximo possível das sexualidades e dos gêneros não hegemônicos. Com isso, se ainda não há uma realidade de solidariedade e respeito, percebe-se que o problema, aparentemente, não está na dificuldade em ensinar e aprender a respeitar e se solidarizar com as diferenças, e sim em selecionar quais grupos sociais que receberão investimentos para serem respeitados.

Talvez a maior questão a ser respondida seja: Quem “merece” respeito e inclusão? Quais grupos “merecem” não apenas estarem presentes na sociedade, mas também incluídos e respeitados por ela? Conforme indica Bauman (1999), a contemporaneidade privatizou os problemas, desarmando qualquer reação política coletiva. As desigualdades sociais não são mais um problema da sociedade, mas “culpa” dos fracassados.

Hoje, no Brasil, é comum percebermos nos discursos das pessoas dos mais diversos grupos sociais e políticos, assim como no de nosso entrevistado 6 do grupo focal, que são contrárias a qualquer atitude ou promoção de preconceito. O discurso político e social é quase que unânime em concordar com a importância de acabar com todo tipo de preconceito, o que acarretaria por consequência na promoção da inclusão de grupos minoritários historicamente desvalorizados e discriminados. Entretanto, quando se propõe discutir as questões que tornariam possíveis estas práticas, emergem divergências de pensamentos e posicionamentos, não somente a respeito dos meios para inclusão, como também de quem tem o direito a esse “benefício”, “quem não têm culpa”, “quem se ajuda?” (SALA; GROSSI, 2013).

O que é questionado é o “merecimento”, se as pessoas têm ou não “culpa” de suas diferenças. Isso fica claro quando analisados os discursos emitidos sobre os diferentes grupos ainda discriminados. Podemos observar como exemplo que, quando se fala na inclusão de pessoas com deficiência, em geral, mesmo reconhecendo as dificuldades existentes e ainda que não tenham iniciativa de qualquer atitude a respeito e, por vezes, façam o que for possível para tirar vantagem de leis e políticas públicas que tenham como objetivo promover a inclusão destas pessoas, há unanimidade por parte da sociedade em concordar que estes sujeitos merecem ser tratados com dignidade e valorizados, afinal, não possuem “culpa” de sua diferença. Mas quando se fala em uma pessoa que não se identifica com o seu sexo supostamente natural, ou de sujeitos que sentem atração pelo mesmo ou por ambos os sexos, a crença de que merecem ser tratados com a mesma dignidade já passa a ser abalada e, normalmente, as opiniões são bem divididas quanto a isso, pois



trata-se de algo que tem a capacidade de chocar/incomodar grande parte das pessoas (SEFFNER, 2013). Podemos perceber isso nas palavras de uma das entrevistadas:

Não, não é questão de se sentir incomodado. Também, muita gente vai se sentir incomodada. Não sei se eu aceitaria numa boa na TV aberta aquela cena⁸, vou ser bem sincera. Mas pelo fato das pessoas ainda não estarem aceitando, tipo, não é pra todo mundo, e nem todo mundo aceita (ENTREVISTA INDIVIDUAL 2).

As questões relativas ao gênero e à sexualidade são ainda mais delicadas porque envolvem uma colisão moral, o que implica em questionar, principalmente, princípios de ordem religiosa, os quais costumam ser muito fortes nos indivíduos. Portanto, em algumas pessoas, desperta-se uma preocupação com os seus valores tradicionais, a sua superioridade moral, uma vez que as noções do correto quanto ao gênero e à sexualidade estão naturalizadas através de discursos de ordem biológica e, sobretudo, religiosa (NATIVIDADE, 2013).

Em nossa pesquisa não foi diferente. Podemos perceber tal preocupação em evitar uma ruptura da cultura heteronormativa em diversas falas, sobretudo quando os/as entrevistados/as indicavam que seus receios eram em relação às exposições de tais representações para crianças “que ainda não teriam noção disso”, como alguns e algumas deles/as disseram. Um trecho do grupo focal indica claramente o quanto o entrevistado em questão, ao mesmo tempo em que concorda – talvez fosse melhor dizermos tolera – tais representações, se preocupa em impor-lhes sanções, provavelmente a fim de evitar que as crianças sejam educadas pensando que estes relacionamentos são “normais”. Quando questionados se concordavam com as representações das cenas que assistiram, um entrevistado respondeu: “Tipo que nem pôr pra criança, isso. Isso pra criança é muito forte.” Então o pesquisador questionou: “Que seria tipo Malhação que é pra adolescente?” Ele respondeu confirmando: “Isso”. Em seguida, questionado se, em sua opinião, o ideal seria que cenas de beijos homossexuais fossem reservadas para horários mais avançados ou somente para produções não veiculadas em canais abertos de televisão, o entrevistado preferiu ficar em silêncio, evitando responder, e logo outro colega deu continuidade ao assunto, solidarizando-se com as representações homoafetivas em questão e respondendo que tais limitações seriam incoerentes se considerados outros conteúdos que remetem à heterossexualidade expostos na televisão aberta, citando inclusive que eu seu tempo de criança: “Nos anos 90, o cara olhava a banheira do Gugu que é uma putaria.” Podemos entender que se trata de um posicionamento de solidariedade, uma vez

⁸ Trata-se de uma cena da série Elite, original da Netflix, onde dois jovens (Ander e Omar) se beijam, trocam carícias e quase transam: <https://www.youtube.com/watch?v=wbxCw3HRMNs>



que percebemos um engajamento e uma preocupação deste entrevistado em defender a equidade de direitos para os distintos grupos.

A cena em questão se tratava de um beijo homossexual entre dois jovens, personagens da novela *Malhação*, da Rede Globo⁹. Mesmo havendo diversas outras cenas de beijos semelhantes na mesma novela, o entrevistado em questão, assim como outras pessoas participantes da pesquisa, demonstraram preocupação em estabelecer certos limites apenas para as cenas que envolvem homossexualidade, sendo estes limites principalmente de horários, conteúdos (o que acontece na cena) e de veiculação (se está sendo transmitido na televisão aberta ou serviços fechados).

A maior parte dos/as entrevistados/as concordaram que não é necessário quase nenhum cuidado sobre o que se pode ou não ser mostrado (desde que não seja sexo explícito) nas cenas homoafetivas destinadas a conteúdos midiáticos disponíveis apenas em plataformas de *streamings*, como a Netflix, por exemplo, sob a justificativa de que os/as espectadores/as “escolhem” aquilo que querem assistir e, portanto, se não gostarem, poderão simplesmente interromper a cena. Outro modo de vermos esse argumento seria pensar que, nesse tipo de mídia, os/as espectadores/as precisam tomar a iniciativa de irem até o conteúdo do qual provavelmente já estarão cientes da presença de cenas homoafetivas, enquanto na televisão aberta “corre-se o risco” de os/as espectadores/as serem pegos/as de surpresa por estas cenas indesejadas, o que pode causar desconforto em algumas pessoas e/ou estimular outras a considerarem “normais” as relações homoafetivas. Então, tratando-se de conteúdos destinados à veiculação em televisão aberta, seria preciso ter um cuidado maior com os horários nos quais seriam transmitidas as cenas que envolvessem homo ou bissexualidade e, principalmente, com o conteúdo destas (se haveria somente troca de olhares, mãos dadas, carícias, beijos, pegação, sensualidade, etc.), porque a transmissão em televisão aberta pressupõe um alcance de grande parte da população brasileira, incluindo pessoas e famílias de diversas idades, religiões e culturas. Portanto, de acordo com nossa análise, algumas das pessoas participantes desta pesquisa consideraram que veicular cenas de relações homoafetivas que sejam semelhantes às já transmitidas cujos os conteúdos são de relações heterossexuais, seria, como disse um entrevistado: “o que dá pra entender na mídia, eles querem impor desde pequeno né?” (ENTREVISTADO 7, GRUPO FOCAL). Referindo-se a uma suposta tentativa por parte das mídias de impor a homo e bissexualidade nas crianças.

⁹ A cena mostra dois garotos adolescentes que se escondem na escola para se beijarem. A mesma pode ser assistida no seguinte link: <https://globoplay.globo.com/v/7062585/>



Ao contrário dos/as participantes que se posicionaram como favoráveis a tais representações, aparentemente, com base no exercício da tolerância em relação às diferenças do Outro (aquele/a diferente, que foge à norma), outras pessoas foram firmes em suas afirmações demonstrando engajamento e interesse político e social, uma vez que consideraram como um dever a ruptura das práticas que privilegiam as identidades hegemônicas. Na sequência da fala do entrevistado que sugeriu uma suposta tentativa de imposição das sexualidades não hegemônicas por parte das mídias, duas entrevistadas se posicionaram com um tom de indignação da seguinte forma:

ENTREVISTADA 3: Mas é importante que sim, porque se as pessoas não estão aceitando.

ENTREVISTADA 1: É! Tu tem que mostrar que é normal.

ENTREVISTADA 3: Vai ter que aceitar entendeu? Porque tá acontecendo.

ENTREVISTADA 1: É. Não é impondo uma aceitação. É tipo, cara é normal duas pessoas se beijando ali, isso existe. (GRUPO FOCAL).

Em nosso ponto de vista, a preocupação de parte dos/as entrevistados/as de que cenas de relações homoafetivas devem ser limitadas a espaços fechados ou de que devem se adequar a determinados “cuidados” (que não são requisitados para as cenas de relações heterossexuais) para que sejam “aceitas” ou toleradas em espaços abertos (como a televisão aberta) reflete o anseio de evitar mudanças nos status atribuídos a estas sexualidades, pois isto afetaria a ordem e os privilégios sociais vigentes (MISKOLCI, 2007). Podemos considerar que esta preocupação em limitar a manifestação pública das formas de gênero e sexualidade não hegemônicas seja um comportamento homotransfóbico, pois, mesmo que não haja violência física, tem em sua base uma aversão a tais diferenças, deslocando estas pessoas para uma condição de não dignidade ou igualdade, passíveis de serem tratadas com indiferença, como se não existissem (TESTOLIN; NUNES; SANFELICE, 2019).

Consciente ou inconscientemente, as pessoas tolerantes agem despreocupadas com os Outros, permitindo e facilitando a continuidade de uma cultura que, pela manutenção de sua hegemonia, estigmatiza determinados grupos de sujeitos para silenciá-los e ocultá-los, enquanto aquelas solidárias enxergam como necessária uma ruptura com este pensamento que privilegia grupos hegemônicos, porque a diferença a ser, por vezes, ocultada ou silenciada aqui demonstra capacidade de transgredir identidades fixas e reconstruí-las, romper práticas dicotômicas e ressignificá-las, questionar e desestruturar os discursos acolhidos por esta sociedade como “verdades absolutas” e redefini-los(as). Sendo assim, as ações ou omissões que colaborem para



silenciar e/ou invisibilizar os gêneros e as sexualidades não hegemônicas devem ser vistas como uma estratégia exercida pela sociedade para negar o reconhecimento daqueles/as que se constituíram diferentes e, com isso, evitar quaisquer riscos à hegemonia dos padrões heterossexistas (GOELLNER; FRAGA, 2004).

Neste sentido, quando estamos diante de uma situação onde as pessoas dizem não se opor à representação de gêneros e sexualidades não hegemônicas em conteúdos de entretenimento, mas declaram que devem haver cuidados e restrições em relação às formas sobre como isso deve ocorrer – cuidados estes que não precisam se aplicar às representações hegemônicas – podemos supor que suas ações estão voltadas, independente de terem consciência ou não, para a construção de uma sociedade que tolera os Outros e se opõe à promoção da equidade de direitos e de dignidade para todos/as, o que mantém a hierarquia de identidades e os privilégios sociais.

Como exemplo disso, podemos identificar que uma entrevistada comenta seus critérios de aprovação sobre uma das cenas (da novela *Malhação*, conforme descrito em nota de rodapé anteriormente) utilizadas como objeto de discussão no grupo focal: “Porque assim, se a gente for ver [...] era tranquilo. Eles só se beijam e não ficam.” (ENTREVISTA INDIVIDUAL 2). Em outra entrevista individual, a participante atribui a tolerância como uma característica positiva de nossos tempos, sobretudo da juventude, o que é comum como indicam Schmidt e Stoccker (2009). Grifamos, na fala a seguir, o trecho em que nos parece ficar claro que, hoje em dia, como diz a entrevistada, tolera-se a exposição ou a existência assumida de pessoas não heterossexuais que, em sua fala, aparecem como o oposto de “corretinhas”:

A geração deles tinha isso, mas como eu te disse, não aparecia. Tu não via dois guris andando de mão dada, duas gurias. Era tudo **corretinho**. E agora, **hoje em dia**, não. **Já está mais exposto**, digamos assim. (ENTREVISTA INDIVIDUAL 3) (Grifos nossos).

O que queremos ressaltar aqui é que, ainda que as pessoas não se manifestem claramente como contrárias a determinadas ações inclusivas de qualquer grupo de minorias, devemos atentar para a base de seus discursos e estarmos cientes de que, por vezes, pode se tratar de uma fala apenas politicamente correta, de tolerância, na qual os sujeitos consideram que estão fazendo uma gentileza em ceder espaço para aqueles/as diferentes (os quais estão errados e/ou são inferiores, mas que, devido a esta gentileza, podem continuar a existir assim, desde que não incomodem).

Do ponto de vista conceitual, podemos considerar que a tolerância não é de toda forma ruim, pois ela é um pressuposto, e pode ser um primeiro passo, para a solidariedade. Contudo, não podemos confundir isso com a suposição de que havendo tolerância, haverá solidariedade, pois a



segunda não é uma consequência predeterminada da primeira (BAUMAN, 1999). Do ponto de vista prático, a própria realidade homotransfóbica que conhecemos hoje no Brasil nos revela o quanto a tolerância permite e estimula a omissão da sociedade em relação às lutas pela diferença alheia, pelos direitos e a dignidade dos Outros (TESTOLIN; NUNES; SANFELICE, 2019). Portanto, ainda que não imaginemos crueldades praticadas em nome da tolerância, os fatos nos mostram que existem muitas crueldades que a despreocupação arrogante da tolerância não só permite como também facilita (BAUMAN, 1999).

4 CONCLUSÃO

Conforme disse uma de nossas entrevistadas: “não existe um ser humano em uma universidade que não tenha uma opinião sobre isso.” (ENTREVISTA INDIVIDUAL 4). Neste sentido, identificamos que, de modo geral, o fato das diversidades de gênero e de sexualidade estarem saindo das sombras, tem provocado as pessoas a reagirem e se posicionarem de diversas formas. Por mais que a população brasileira tenha elegido um presidente e diversos outros/as políticos/as com discursos que fogem do politicamente correto, percebemos que alguns públicos específicos, quando em determinados ambientes, procuram tomar certos cuidados para se posicionarem de um modo politicamente correto. Parece ter sido esse o caso aqui, de universitários/as que, por estarem num ambiente acadêmico, provavelmente, controlaram suas falas para não fugirem dos discursos politicamente corretos. Isso fez com que a maioria das pessoas participantes tenha se autodeclarado favoráveis às representações de gênero e de sexualidades não hegemônicas nas mídias de entretenimento. Contudo, se a pesquisa tivesse ocorrido em outro local ou se tivessem sido convidados/as a participarem por outros motivos (não relacionados aos acadêmicos), seus posicionamentos talvez fossem diferentes.

Por mais que não tenham ocorrido discussões claras entre participantes favoráveis e contrários/as às representações dos gêneros e das sexualidades não hegemônicas nas mídias de entretenimento, podemos identificar que este debate ocorreu nas entrelinhas dos argumentos de ambas as posições.

Através de uma reflexão profunda e atenta sobre as falas dos/as entrevistados/as, esta pesquisa demonstra que a maior parte dos/as universitários/as em questão se sentem incomodados com as representações midiáticas de casais homoafetivos, não concordando com elas. Contudo, ao invés de se declararem contrários a elas, preferem se autodeclarar favoráveis, ressaltando algumas limitações que seriam para o “bem de todos/as”. Tais limitações se mostram incoerentes com suas declarações,



uma vez que impedir circulações em espaços públicos (no caso televisão aberta, por exemplo), assim como limitar os modos de expressão das pessoas ou de personagens representativos de pessoas homo ou bissexuais só colaboram para a manutenção de privilégios dos grupos hegemônicos.

Portanto, as ações baseadas na tolerância, ainda que na visão de seus feitores estejam fazendo uma gentileza em permitir a existência de sujeitos diferentes, não deixam de representar um retrocesso no objetivo de construir uma sociedade mais justa, uma vez que ignoram os direitos das minorias e permitem, como consequência, possíveis violências e injustiças contra os mesmos.

Acreditamos que este artigo colaborou para demonstrar de modo teórico e prático a importância de se questionar as declarações acerca de questões polêmicas como estas. Demonstramos, também, que a tolerância pode sim ser vista como um primeiro passo para a construção de uma sociedade solidária, mas que esta evolução não ocorrerá por conta própria e, certamente, exigirá investimentos em educação e engajamento político e social por parte de todos/as que pretendem colaborar para essa transformação, pois, mesmo que tenhamos conquistado avanços, nada há de garantido. “Um longo e tortuoso caminho levou historicamente da crueldade à gentileza, mas basta um pequeno passo para a viagem de volta” (BAUMAN, 1999 p. 274).

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016. 279 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, c1999. 334 p.

DHEIN, Gustavo; MARQUES, Camila da Silva; ROSA, Otávio Chagas. O velho e o novo: os sentidos construídos pelos fãs de telenovela em tempos de convergência das mídias. **Novos Olhares**, v. 6, n. 2, p. 104-113, 2017.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em revista**, v. 46, p. 269-285, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre; FRAGA, Alex Branco. A inominável Sandwina e as obreiras da vida: silêncios e incentivos nas obras inaugurais de Fernando de Azevedo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, 2004.

GUERRA, Raquel. A produção das Artes Cênicas sob o prisma da identidade. In: LISBOA FILHO, Flavi Ferreira; SILVA, Thomas Josue (Orgs.). **Cultura e Identidade: Subjetividades e minorias sociais**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2018. p.221-239.



- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. [11. ed.] Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2011. 102 p.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.
- MARTÍN-BARBERO., Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2001. 369 p.
- MEDEIROS, Ettore Stefani de; DE OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire. Por que a bandeira da família não pode também ser colorida?: estudo de recepção da propaganda política do Partido Social Cristão (PSC) por homo e heterossexuais. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 9, n. 13, 2015.
- MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos pagu**, n. 39, p. 403-429, 2012.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social-. **cadernos pagu**, v. 28, p. 101-128, 2007.
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. **Latitude**, v. 7, n. 1, 2013.
- OLIVEIRA, José Aparecido. Recepção da homoafetividade na teledramaturgia brasileira: consumo, representação e identidade homossexual. In: **Anais do XIV Congresso Internacional de Comunicação Ibercom**. São Paulo: ECA-USP, 2015.
- SALA, Arianna; GROSSI, Miriam Pillar. Batendo Um “Papo Serio”: desconstruindo gênero e sexo nas escolas de Santa Catarina. **Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades: direito, relações etnoraciais, educação, trabalho, reprodução, diversidade sexual, comunicação e cultura** - Salvador: EDUNEB, 2013.
- SCHMIDT, Saraí Patrícia ; STOCKER, Pâmela . A mídia ensina o verniz da tolerância jovem. **32ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**. Caxambu, MG. 2009. p. 01-12. Disponível em <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT16-5436--Int.pdf>>. Acesso em 24/07/2019.
- SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educ. Pesqui.**, São Paulo , v. 39, n. 1, Março. 2013.
- TESTOLIN, Márcio José; NUNES, Margarete Fagundes; SANFELICE, Gustavo Roesse. Homotransfobia: Um horror que não choca a sociedade brasileira. **Gênero & Direito.**, Paraíba , v. 8, n. 1, 2019.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. [14. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.7-72



SOBRE OS AUTORES

Márcio José Testolin

Mestre em diversidade cultural e inclusão social, Universidade Feevale, - Brasil.

E-mail: marciojosetestolin@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3713-3336>

Gustavo Roese Sanfelice

Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professor na Universidade Feevale - Brasil; Programa de Pós-Graduação em diversidade cultural e inclusão social.

E-mail: sanfeliceg@feevale.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0159-3584>

André Luiz dos Santos Silva

Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Brasil; Coordena o Grupo de Estudos Sobre Cultura e Corpo (GRECCO) e o Grupo de Estudos sobre Relações de Gênero Educação e Violência (GERGEV).

E-mail: andreels@ufrgs.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9838-2558>

Recebido em: 15/01/2020

Aprovado em: 10/03/2020

Publicado em: 21/03/2020



